

Governo prepara defesa

O Governo tem dado sinais de preocupação em relação aos incidentes ocorridos na Argentina, após a eleição presidencial, tanto que apressou a elaboração de projetos de lei na área de defesa nacional. Ontem mesmo, o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, entregou ao presidente José Sarney cópia do anteprojeto de criação do Conselho da República. O órgão, previsto na Constituição, pode se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

O Conselho da República interferirá ainda nas questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. Depois do despacho com o presidente da República, Oscar Corrêa não quis comentar sobre o anteprojeto, achando que o assunto é de competência do Palácio do Planalto. Após avaliação de técnicos, o texto será enca-

minhado ao Congresso Nacional, para a apreciação pelos parlamentares.

Como órgão superior de consulta do presidente, o Conselho será integrado pelo vice-presidente da República, pelos presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, os líderes da maioria e minoria no Senado, o ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois pela Câmara. Todos terão mandato de três anos, vetada a recondução.

A inspiração do Conselho da República vem de figuras semelhantes existentes na Itália e na França, com a função de moderadores nas crises institucionais. Em ambos os casos, porém, as atribuições dos conselhos é muito precisa e sua independência, total.